



ESTADÃO

BLOGS



Fausto Macedo

Repórter

EM ALTA Operação Lava Jato Entrevistas Artigos Não Aceito Corrupção

Cármen reprova tentativas de ‘mudar a Constituição ao sabor de eventuais governos’

Ministra do Supremo Tribunal Federal defendeu em evento do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) nesta quinta-feira, 29, necessidade de 'experiência constitucional e social sustentável no Brasil'

Rayssa Motta

29 de outubro de 2020 | 19h53

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu nesta quinta-feira, 29, a necessidade de uma ‘experiência constitucional e social sustentável no Brasil’. A declaração vem dias após o líder do governo na Câmara, **Ricardo Barros** (PP-PR), afirmar que vai enviar um projeto de decreto legislativo para fazer um **plebiscito sobre a elaboração de uma nova Constituição**.

Sem fazer menção expressa ao episódio, Cármen Lúcia destacou que a Constituição é ‘a lei do cidadão, e não de governantes’.

LEIA TAMBÉM



INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

OAB diz que plebiscito para convocar Constituinte é inconstitucional e aponta ‘riscos à democracia’ em proposta do líder do governo

“Tem um texto constitucional democrático vigente no Brasil, mas é preciso ter uma experiência constitucional e social sustentável, para que a cada minuto não chegue alguém achando que pode mudar a Constituição ao sabor de eventuais governos”, disse na abertura do Congresso Internacional da Escola Superior do Instituto dos Advogados Brasileiros (Esiab).



A ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia. Foto: André Dusek/Estadão

A ministra também elogiou a Constituição aprovada em 1988 e destacou a importância da participação popular na construção do texto.

“Ao contrário das demais Constituições brasileiras, das quais a população só tomava conhecimento quando elas entravam em vigor, a de 1988, em caráter inédito, contou uma grande participação popular na sua elaboração, num momento efervescente do País”, observou.

Na última quarta-feira, 28, o deputado federal Capitão Augusto (PL-SP) enviou um ofício ao presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, pedindo informações sobre o rito para a convocação de uma nova Assembleia Constituinte. No mesmo dia, a **OAB afirmou que a proposta é inconstitucional e apontou ‘riscos à democracia’ na sugestão.**

A ideia começou a circular depois que Ricardo Barros afirmou que **a Constituição deixa o Brasil ‘ingovernável’** e se comprometeu a enviar ‘imediatamente’ um projeto de decreto para garantir um plebiscito para a população opinar sobre a elaboração de uma nova Carta Magna. O líder do governo já tem um texto pronto e afirmou que fará ajustes nas datas das votações. Isso porque a proposta inicial previa que a consulta à população fosse feita nas eleições municipais deste ano para, em 2022, ser instituída uma Assembleia Constituinte. Barros disse que, à época, não havia obtido apoio de lideranças, mas que agora, após a receptividade da sua ideia, está motivado a apresentar o projeto.

“Estou motivado diante de tantos apoios que recebi”, comentou o deputado na terça-feira, 27. No dia seguinte, o vice-presidente **Hamilton Mourão** afirmou que a posição do governo é contrária à elaboração de uma nova Constituição e **avaliou que a iniciativa é um ‘voo solo’ de Barros.**

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[OAB diz que plebiscito para convocar Constituinte é inconstitucional e aponta ‘riscos à democracia’ em proposta do líder do governo](#)

[Análise: Proposta de plebiscito no Brasil é debate às avessas do movimento chileno](#)

Tudo o que sabemos sobre:

Cármem Lúcia

RECOMENDADAS PARA VOCÊ



Queda na cobertura vacinal coloca população em risco - Saúde



Nove campanhas à Prefeitura de SP já gastam mais que arrecadam

DESTAQUES EM POLÍTICA



Com governo à beira de um ataque de nervos, reforma na equipe de Bolsonaro depende de três eleições



'Virei boiola, igual maranhense', diz



Bolsonaro, ao fazer piada em tom homofóbico



MP pede que PF investigue Arthur do Val por questionar Tatto sobre relação com PCC

Tendências:

[Candidatos a prefeito em SP](#) citam banco e crédito contra desemprego

MP pede que PF investigue Arthur do Val por [questionar Tatto sobre PCC](#)

Eleições 2020 e covid: [veja protocolo para o dia da votação](#)

Conheça [todos os candidatos em todas as cidades](#) do Brasil em 2020

[Entrevista com Márcio França](#): veja destaques da sabatina do Estadão